

REFORMA DO ESTADO E SUAS CONTRADIÇÕES

Eulália Gonçalves Souza Oliveira¹
Sandorlei Aparecido da Silva²
Ari Raimann³

Resumo:

O texto contextualiza a Reforma do Estado no Brasil, a função do Estado Gestor em relação às políticas públicas de educação e a materialização destas no campo educacional. Os estudos partiram das discussões realizadas por Antunes (2009), Ball (2004), Bresser-Pereira (1997), Evangelista e Shiroma (2007) e Ferretti (2016) evidenciando que desde a década de 1990, as reformas do Estado ocorridas no Brasil atenderam as prerrogativas dos Organismos Multilaterais Internacionais (OMI). O objetivo era colocar o mercado como eixo da regulação da sociedade com foco na redução dos gastos sociais, privatização de empresas públicas, como enfoque na eficiência administrativa baseada na regulação estrutural. Essas mudanças provenientes desse contexto internacional desencadearam instabilidade econômica, política e social, e para romper com tal instabilidade, eximiram o Estado de suas atribuições como garantidor de direitos sociais o minimizando. O governo Fernando Henrique Cardoso, juntamente com o Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE) propôs uma nova administração pública. Há uma retórica nos discursos de que os serviços não atendem às reais necessidades dos cidadãos, ocultando o interesse do Estado em setores de produção econômica, justificando a transferência de recursos públicos para o setor privado. Ele tem a função de intervir, regular e fiscalizar os serviços. As discussões evidenciaram a contradição entre o real e o ideal, uma vez que este projeto reformista está relacionado/vinculado ao projeto neoliberal, mesmo que o ideólogo reafirme o contrário. Por fim, as reformas educacionais tem trazido consequências nefastas para a educação e para os trabalhadores que nela atuam, sendo mascaradas as reais contradições desse sistema perverso.

Palavras-chave: Reforma do Estado. Estado Gestor. Contradição.

STATE REFORM AND ITS CONTRADICTIONS

Abstract:

The text contextualizes State Reform in Brazil, the role of the Managing State in relation to public education policies and their materialization in the educational field. The studies started from the discussions carried out by Antunes (2009), Ball (2004), Bresser-Pereira (1997), Evangelista and Shiroma (2007) and Ferretti (2016) evidencing that since the 1990s, the State reforms were not in Brazil. The prerogatives will be provided by two Multilaterais International Organizations (IMO). The objective was to place the market as a regulation of the society with focus on reducing two social expenses, privatization of public companies, as an approach to administrative efficiency based on structural regulation. Those changes coming from the international context will trigger economic, political and social instability, and to break such instability, exemption or State of its attributions as guarantor of social

¹Mestranda em Educação pela UFG – Regional Jataí. Gestora de Formação no Centro de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica de Barra do Garças – MT). E-mail: laliacaua54@gmail.com

² Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás – Regional de Jataí/GO. Professor efetivo da rede municipal de ensino de Jataí/GO. Email: sandorleimestrando@gmail.com

³Doutor em Educação. Docente da Universidade Federal de Goiás/Regional Jataí, Programa de Pós-Graduação em Educação. E-mail: raimann04@gmail.com

directives or minimizing. Or Fernando Henrique Cardoso governed, together with the Ministry of Federal Administration and State Reform (MARE) for a new public administration. There is a rhetoric that tells us that you have not been served the needs of two cities, hiding or interested the State in sectors of economic production, justifying the transfer of public resources to a private sector. It was a function of intervening, regulating and supervising the services. As discussões will show a contradiction between either real and ideal, once this reformist project is related / linked to or a neoliberal project, as well as an affirming or contrary ideologist. Lastly, the educational reforms have outlined dire consequences for education and for the workers who do it, since they are masquerades as you are contradicting the perverse system.

Keywords: State reform. Managing State. Contradiction.

REFORMA ESTATAL Y SUS CONTRADICCIONES

Resumen:

El texto contextualiza la Reforma del Estado en Brasil, el papel del Estado Diretor en relación con las políticas de educación pública y su materialización en el campo educativo. Los estudios comenzaron a partir de las discusiones realizadas por Antunes (2009), Ball (2004), Bresser-Pereira (1997), Evangelista y Shiroma (2007) y Ferretti (2016) que muestran que, desde la década de 1990, las reformas estatales que tuvieron lugar en Brasil conecieron las prerrogativas de la Organismos Multilaterais Internacionais (OMI). El objetivo era colocar el mercado como un eje para la regulación de la sociedad con un enfoque en la reducción del gasto social, privatizando las empresas públicas, centrándose en la eficiencia administrativa basada en la regulación estructural. Estos cambios resultantes de este contexto internacional desencadenaron la inestabilidad económica, política y social, y para romper con esa inestabilidad, eximieron al Estado de sus deberes como garante de los derechos sociales, minimizándolo. El gobierno de Fernando Henrique Cardoso, juntamente con el Ministerio de Administración Federal y Reforma del Estado (MARE) propuso una nueva administración pública. Existe una retórica en los discursos de que los servicios públicos no satisfacen las necesidades reales de los ciudadanos, ocultando el interés del Estado en invertir en sectores de producción económica, justificando la transferencia de recursos públicos al sector privado. Tiene el papel de intervenir, regular y supervisar los servicios. Las discusiones mostraron la contradicción entre lo real y lo ideal, ya que este proyecto reformista está relacionado / vinculado con el proyecto neoliberal, incluso si el ideólogo reafirma lo contrario. Finalmente, las reformas educativas han tenido consecuencias perjudiciales para la educación y para los trabajadores que trabajan en ella, ocultando las contradicciones reales de este sistema perverso.

Palabras-clave: Reforma del Estado. Estado de gestión. Contradicción

Introdução

Um dos aspectos mais irritantes do movimento de privatização é que eles fingem ser progressistas. Eles não são. Eles são reacionários, e eles têm a história para provar isso. Eles roubaram a palavra “Reforma”, para que pudessem fingir que queriam melhorar as escolas, em vez de admitir que querem substituir as escolas públicas ... por escolas particulares, escolas

com fins lucrativos, escolas on-line, tudo menos as escolas públicas. Dica: Destruição não é reforma (RAVITCH, 2017).

As últimas décadas, têm sido marcadas por sérias e complexas transformações no Estado enquanto instância capitalista. Estas trouxeram implicações às políticas de educação a partir da insegurança do Estado de Bem Estar Social ou Estado Social⁴ objetivando a consolidação do Estado no escopo neoliberal. Esse novo formato organizacional é um dos mecanismos adotados pela burguesia para o enfrentamento da crise do capital, deliberando a reestruturação do setor produtivo bem como a função do Estado.

Seguindo essa lógica, a educação tem sido peça chave para que esse modelo de Estado seja efetivo, para isso, essa tem passado por mudanças proveniente de um modelo imposto pelo mercado capitalista que tem como eixo central a eficiência, eficácia, responsabilização dos resultados e controle social (BALL 2002 e HYPOLITO 2008).

É nesse cenário que as reformas na educação têm sido implementadas, em uma perspectiva que relaciona o liberalismo econômico com a modernização do Estado e dos aparelhos ideológicos que o compõe, imprimindo a necessidade de redução dos gastos públicos em especial nas esferas sociais apontado como saída para a crise fiscal.

Essas transformações que vem ocorrendo no contexto educacional tem trazido consequências ao trabalho docente e que para melhor compreendermos como estas reformas tem impactado o trabalho docente é preciso recorreremos a acontecimentos marcantes da história que tem imprimido um novo conceito de prática pedagógica como a vida estudantil alinhada aos princípios capitalistas mercantilistas.

Nesse contexto, este texto objetiva contextualizar a Reforma do Estado no Brasil, à função do Estado Gestor para com as políticas públicas de educação e a materialização destas no contexto educacional a partir de 1990, destacando a proletarianização do trabalho docente, vinculada a uma política de resultado associada ao capital. O texto parte de uma pesquisa bibliográfica/documental com o intuito de buscar teoricamente contribuições que possam fundamentar o debate em questão. Para isso utiliza-se ANTUNES (2009), BALL (2002), BRESSER (1995), FRIGOTTO, FERRETTI (2016) SHIROMA (2004), OLIVEIRA (2004) e MAUÉS (2009) e os textos produzidos pelo Conselho Nacional de Educação, no caso das diretrizes curriculares; os documentos da Câmara dos Deputados relativos ao PL 6.840/2013;

⁴ O Estado de Bem-Estar Social ou Estado Social representa uma organização ousada de promoção de desenvolvimento econômico articulado a políticas de proteção social, tendo em seu núcleo comum, a associação entre liberdade, democracia, prosperidade, inclusão e proteção.

o texto da Medida Provisória 746/16 e da exposição de motivos que a acompanha; o Relatório, Projetos de Lei e Lei derivados da MP 746/16, estes contribuirão criticamente na análise das políticas públicas educacional brasileira.

Reforma do Estado e da Educação: Reestruturação mercantilista

Para que se compreenda os ataques do capital a educação, é fundamental que se analise historicamente a crise deste, uma crise estrutural e de ordem burguesa e sua relação com a Reforma do Estado.

Entende-se que a então crise do capital advém da reorganização da burguesia em busca da superação desta, com isso a produção capitalista proporcionou mudanças profundas na organização do capital e do trabalho, reconfigurando o taylorismo/fordismo e o Estado de Bem Estar Social⁵ requerendo da burguesia à elaboração de estratégias para enfrentar a crise, de forma que articule estrategicamente os seguintes pontos: divulgação de um novo protótipo burguês de sociabilidade, reestruturação do papel dos Estados nacionais e reordenamento do meio produtivo (FRIGOTTO, 1996a, p. 81).

Faz-se necessário ressaltar que os ataques do capital ao mundo do trabalho se deu a partir do Consenso de Washington, que trouxe como base central a proteção a liberdade do indivíduo, desarticulando a luta de classes, como também uma crítica exacerbada as intervenções do Estado aos princípios do capital.

A Reforma do Estado advém desse contexto, onde há uma reestruturação da compreensão de Estado e de sua relação com a sociedade, atendendo as exigências dos Organismos Multilaterais Internacionais do capital (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e Organização Mundial do Comércio) de maneira que esse intervém nos conflitos de classe atendendo as demandas capitalistas da atualidade (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2007).

Em detrimento a crise mundial a partir da década de 1990 adotou-se um discurso falacioso da necessidade de encontrar caminhos para um novo protótipo de desenvolvimento econômico, mas este desencadeou redução do índice de crescimento da economia, aumento do quantitativo de desempregados e elevação das taxas de juros no mundo. Esse panorama

⁵“A crise do Estado de bem-estar passa pelo esgotamento de um compromisso de classes, mas sobretudo pelo fato de que o capital requisita, de um lado, a eliminação dos serviços sociais executados pelo Estado (para que esses possam tornar-se novos campos de exploração do capital), e, de outro, a eliminação do controle que era exercido pelas legislações e regulamentações implementadas naquele período para ampliar sua capacidade de acumulação.” (NETTO, 1995 *Apud* LIMA, 2007, p. 28)

vivido fez com que o capital internacional buscasse nos países em desenvolvimento condições para sobreviver, para isso tem adotado uma postura estritamente neoliberal, buscando como eixo central a regulação da economia, privatizações, versatilidade nas importações. Essa lógica abriu caminho para que os grandes conglomerados competissem com as empresas locais.

Assim,

[...] os organismos internacionais passam, portanto, a exercer poder político por meio do discurso pautado no consenso na promoção das liberdades democráticas, utilizado para justificar e dar legitimidade às medidas reformadoras por eles sugeridas para as diversas regiões do planeta (SHIROMA, 2004, p.114).

O projeto de Reforma do Estado no Brasil, se materializou a partir dos anos de 1990 no então governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), ao propor a abertura da economia nacional ao capital monopolista. O presidente em exercício ainda no ano de 1994 convidou Luiz Carlos Bresser Pereira para assumir um novo ministério, o Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), que fora criado a partir da transformação da Secretaria da Administração Federal da Presidência da República.

No centro da Reforma do Estado, tem-se a Reforma Gerencial, uma reforma do aparelho administrativo. Para a implementação da reforma Bresser Pereira elaborou o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado e a Emenda Constitucional da Reforma Administrativa, essa fora pautada em discurso falacioso de que o modelo de administração burocrático dos serviços públicos configurava um impedimento para que a crise fosse superada e para que o país se adaptasse as determinações do novo ditame mundial.

Para Bresser Pereira havia a necessidade de uma avaliação, pois essa

[...] ação de avaliação institucional, com o objetivo de identificar a finalidade de cada órgão da administração pública no sentido de promover o (re)alinhamento com os objetivos maiores do Estado. Em seguida será elaborada uma sistemática de avaliação, a partir da construção de indicadores de desempenho, que permita mensurar os graus de consecução dos objetivos pretendidos (BRESSER PEREIRA, 1995, p. 55).

Esse novo formato de organização do serviço público tem como eixo principal a eficácia, que se alicerça no princípio de que é indispensável que a administração pública esteja organizada a partir da responsabilidade social como também na prestação de contas à

sociedade, usando como mecanismos a divulgação de resultados vinculados em índices, implantação de metas e estimação de resultados de serviços prestados.

A forma como pensava e pensa a reestruturação dos serviços públicos, tem como eixo central a incitação à competição entre as instituições regulado por premiações as que tiverem melhores resultados. Observa-se que a referida “premiação” está para um “incentivo” a submissão aos mecanismos postos para o alcance das metas segundo aos indicadores pré-estabelecidos.

A desregulação da administração pública, uma agressão ao vínculo institucional do servidor público, se dá pelo alargamento das terceirizações, se dando pela contratação de empresas privadas prestadoras de serviços ou pelas Parcerias Público Privadas (PPPs), como também contratos temporários que enfraquecem a organização dos trabalhadores interferindo em sua consciência de classe.

Deste modo, a Reforma Gerencial busca inspiração no formato de administração do setor privado, pois esta requer dar ao gestor público oportunidades efetivas de gerenciar com eficiência as instituições públicas (BRASIL, 1998, p.18).

O então Ministro Bresser Pereira postulou como eixos centrais da modernização do Estado brasileiro a socialdemocracia e o social-liberalismos ⁶ para ele a

[...] reforma do Estado deve ser entendida dentro do contexto da redefinição do papel do Estado, que deixa de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social pela via da produção de bens e serviços, para fortalecer-se na função de promotor e regulador desse desenvolvimento (BRASIL, 1995, p. 12)

Diante dessa reorganização do papel do Estado ante as políticas sociais, Bresser Pereira defende um Estado mínimo, pontuando que os gastos sociais são demasiados, fazendo alusão da importância da publicização/ privatização. Para ele era preciso

[...] dar um salto adiante, no sentido de uma administração pública que chamaria de “gerencial”, baseada em conceitos de atuais administração e eficiência, voltada para o controle dos resultados e descentralizada para poder chegar ao cidadão, que, numa sociedade democrática, é quem dá

⁶ A social-democracia está ligada ao papel do Estado em garantir os direitos sociais como também disponibilizar mecanismos gerenciais para o seu desenvolvimento, não sendo somente democrática, mas também mais eficiente do que a esfera privada. Já o social-liberal considera o mercado como excelente apesar de suas imperfeições este aloca recursos, ao utilizar como instrumento estratégico a competição administrativa, com o intuito de controlar as atividades financiadas pelo Estado. Este apesar de seu discurso de proteger os mais fracos não é paternalista. (PEREIRA, 1998, p. 18)

legitimidade às instituições e que, portanto, se torna “cliente privilegiado” dos serviços prestados pelo Estado (BRASIL, 1995, p. 7).

O que se observa é que há um discurso falacioso de que as necessidades da sociedade de modo geral não são atendidas pelo serviço público, na verdade a prestação de serviços que vão ao encontro dos anseios da comunidade não estão postos como prioridade, mas se isentar enquanto garantidor de direitos constituídos e transferi-los para o setor privado, ao Estado ficando a incumbência intervir e fiscalizar os serviços prestados. Bresser Pereira em sua concepção de público e privado salienta que o público é

[...] aquilo que está voltado para o interesse geral, e como privado aquilo que é voltado para o interesse dos indivíduos e suas famílias, está claro que o público não pode ser limitado ao estatal, e que fundações e associações sem fins lucrativos e não voltadas para a defesa de interesses corporativos, mas para o interesse geral, não podem ser consideradas privadas; são organizações públicas não-estatais, fazem parte do terceiro setor, ou são ‘organizações sem-proprietários’ (PEREIRA, 1998, p. 99)

Nesse sentido, o Estado não é mais tido como regulador ou apenas um provedor de serviços básicos bem como mantenedor da ordem, ele agora passa a incumbir-se da “ação pedagógica de propagar a ‘nova cultura cívica’ no interior desta ‘sociedade civil ativa’, estimulando o empreendedorismo social e o voluntariado” (GROPPO; MARTINS, 2008, p. 226 - 227)

É notório que a Reforma do Estado brasileiro, teve como objetivo central solucionar os impasses econômicos, políticos, culturais que de alguma forma pudessem inviabilizar a adequação ao protótipo de acumulação capitalista mundial em curso, de forma maquiar que o formato de produção capitalista obscurece sua real contradição que é a divisão da sociedade em classes, ou seja os detentores dos meios de produção e os que possuem a força de trabalho para a manutenção da subsistência.

A Reforma do Estado de modo geral trouxe implicações para o âmbito educacional, trazendo em seu discurso neoliberal a reformulação da perspectiva economicista presente na Teoria do Capital Humano⁷ apresentando a relação de interdependência da educação ao desenvolvimento econômico e social. Questões referente aos fatores estruturais que definem

⁷ Inspirada na Teoria do Capital Humano (TCH), a educação passou a ser vista como um investimento para os planos econômicos globais. Para SCHULTZ o [...] pensamento do investimento em seres humanos é ofensivo a alguns dentre nós. Nossos valores e nossas crenças nos inibem de olhar para os seres humanos como bens de capital [...] (mas) os economistas sempre souberam que as pessoas são parte importante da riqueza das nações [...] (SCHULTZ, 1973, p. 32-33).

as desigualdades das classes sociais não são consideradas, mas reforçam a importância do desempenho individual como condição para a superação das desigualdades sociais, pois “a educação pode ajudar a reduzir a desigualdade, proporcionando novas oportunidades aos pobres e, conseqüentemente, aumenta a mobilidade social” (BANCO MUNDIAL, 1995, p.59).

Analisando a concepção que se tem do objetivo da educação, Gentili (1996) salienta que é possível perceber as demandas do neoliberalismo, onde este estabelece a transferência do sentido mercadológico para a educação, postulando a livre concorrência como fator determinante para que se possa garantir a eficiência e a qualidade dos serviços educacionais prestados. Esta busca na meritocracia presente no âmbito empresarial para o educacional, com isso asseguraria e estabelecia parâmetros competitivo, incentivando os mais competentes e dinâmicos.

Nesse contexto, Shiroma (2004, p 114) destaca que esse modelo gerencial realça termos como “prestação de contas, accountability⁸, captação e uso otimizado de recursos, gerência, eficácia, performatividade⁹, responsabilização pelos resultados”. Para Ball essas mudanças gerencialistas propiciam ao Estado a gestão das atividades públicas utilizando-se mecanismos avaliativos. Desse modo, é perceptível que os caminhos inquiridos para a implementação das reformas educativas estão relacionados a Reforma do Estado que tem como foco o estabelecimento de parcerias entre o setor público e privado.

Portanto, é nesse contexto de controle que se materializam as reais intenções das reformas educativas, reformulando o trabalho docente associado a proposição de políticas de resultados (Avaliação Externa), Reforma do Ensino Médio, vinculados as prerrogativas do mercado.

Precarização do Trabalho Docente Alinhada a Política de Resultados

Objetivando a consolidação do plano de produção capitalista fomentado pela Reforma do Estado, os sistemas educacionais se estabelecem como fatores fundamentais, por estarem intimamente ligados a formação de força de trabalho, pois a escola pensada como um

⁸ Accountability está baseada na necessidade da responsabilização permanente dos indivíduos e instituições no que se refere aos seus desempenhos.

⁹ A performatividade é uma tecnologia, uma cultura e um modo de regulação que se serve de críticas, comparações e exposições como meios de controle, atrito e mudança. Os desempenhos (de sujeitos individuais ou organizações) servem como medidas de produtividade e rendimento, ou mostras de “qualidade” ou ainda “momentos” de promoção ou inspeção (BALL, 2002, p. 4).

dos “aparelho ideológico do Estado”, tem por meta central a reprodução das relações de produção e de hegemonia do capital.

Para a consolidação destes ideais utilizam como argumento a importância das reformas educacionais, estas que são propostas pelos Organismos Internacionais, trazendo em seu âmago os anseios da classe burguesa. Assim,

Empresários e Estado defendem escola pública para todos, para o povo, em especial para os pobres, para os futuros trabalhadores, para os consumidores e para os sobrantes. Importa realçar que educação para todos não significa educação pela qual todos aprenderiam. Contrariamente, significa que todos deveriam passar alguns anos da sua vida na escola, passíveis de controle social, inculcação ideológica e alguma formação geral para aquisição de competências para o trabalho (EVANGELISTA; SHIROMA, 2007, p. 538).

Observa-se as implicações das reformas educacionais associadas ao slogan de “educação para todos”, onde os avanços do país está vinculado ao acesso à educação, mas ao Estado cabe gastar com ela o mínimo possível, promovendo assim um entendimento convincente aos profissionais da escola que a eficiência, eficácia, demonstradas por meio de resultados quantitativos e avaliações de desempenho escolar, as quais classificam as escolas de acordo com a nota obtida, e a produtividades são elementos necessários para a qualidade do fazer, não considerando a importância de aumentar o quantitativo financeiro determinado ao financiamento da educação, atendendo a uma nova configuração do capital.

Os fatores acima destacados, tem sido definidos pelo estabelecimento de tecnologias modernas, requerendo assim um novo modelo de relação trabalhista, e novos modos de produção. Tais questões trazem consequências reais ao trabalhador da educação, que por causa da globalização

[...] os Estados nacionais se reestruturaram, fazendo a transição do modo de gestão, passando de uma administração burocrática para uma gestão empresarial. Essa mudança foi justificada como forma de agilizar os serviços prestados pelo Estado, que estava, segundo a ótica dos reformadores, pesado, burocratizado, o que o tornava pouco ágil e eficiente (MAUÈS, 2005, p. 474).

As políticas de educação que se efetivaram a partir desse dado momento instituíram reformas e impuseram novas regulações, objetivando em âmbito nacional e local que escolas, professores, sistemas educacionais, currículos, se rendessem às novas orientações do então padrão posto.

A partir dessa perspectiva, há a necessidade da reorganização dos espaços escolares, como também do entendimento do trabalho docente, este que está vinculado a produtividade,

com uma conduta performática ou seja, a formação do aluno deve estar voltada ao mundo do trabalho, atendendo as orientações mercadológica que exige um profissional com formação técnica.

Esse “novo profissional da educação” desenvolve seu fazer destituído de um fazer reflexivo, humanizado, adotando assim uma postura individualizada, rompendo com qualquer ação de solidariedade entre o coletivo, pois “Na rígida lógica da cultura de desempenho, uma organização só investirá dinheiro onde puder obter retornos mensuráveis [...]” (BALL, 2005, p. 556). Com a valorização pensada a partir de números e índices, o professor é valorizado em conformidade com o seu desempenho e com os benefícios que este pode oferecer a instituição a qual está ligado, tornando-se mercantilizado.

Partindo desse contexto, Ball (2002, p. 9) explica que;

O ato de ensinar e a subjetividade do professor estão ambos profundamente alterados dentro dessa nova visão de gestão (de qualidade e excelência) e das novas formas de controlo empresarial (através do marketing e da competição). Dois efeitos, aparentemente em conflito, são conseguidos: um aumento da individualização, incluindo a destruição da solidariedade baseadas numa identidade profissional comum, e a filiação em sindicatos, contra a construção de novas formas institucionais de filiação e “comunidade”, baseada numa cultura de empresa (BALL, 2002, p. 9).

Partindo dessa premissa, a política de educação no Brasil na atualidade tem creditado enfaticamente elementos ligados ao mérito, aos resultados, a performance/desempenho, deixando de trazer para a discussão dos espaços de participação coletiva os processos/condições que estes ocorrem.

Para Freitas (2012b),

É fundamental nos contrapormos à hipocrisia que prega ser possível estarmos “todos juntos pela educação”, quando os interesses hegemônicos dos empresários reduzem a educação a produzir o trabalhador que está sendo esperado na porta das empresas (FREITAS, 2012b, p. 387).

Nesse contexto de busca por “qualidade total” os professores são submetidos a realizarem diferentes atividades dentro de seu contexto de trabalho que fogem de suas atribuições enquanto ação educativa. Estes profissionais assumem papéis de agente público, assistente social, enfermeiro, psicólogo, exigências estas que contribuem para a desprofissionalização e perda da identidade profissional (OLIVEIRA, 2004, p. 40).

Em função dessas prerrogativas tem-se um novo conceito de trabalho, e a consequente alteração do fazer dos profissionais da educação tornando a precarização trabalhista universalizada em função da acumulação do capital, que para Ball (2002) Hugh Willmott nomeia como governança da alma dos trabalhadores.

Interligado as problemáticas supra citadas estão os efeitos produzidos pelas avaliações¹⁰ externas evidenciando seus impactos para com a precarização do trabalho docente. Estas têm assumido a centralidade, norteando as políticas educacionais, com a ampliação do controle e responsabilização de gestores e professores, normatização do sistema de ensino e metas quantitativas sem considerar os processos. Para além disso, cabe destacar que como Freitas (2012) há um estreitamento do currículo, fomento a competitividade entre professores e escolas, pressão no que se refere ao desempenho dos alunos e preparo para as avaliações, como também dispositivos questionáveis para alcançar melhores índices, enfraquecendo o senso de coletivo do professorado.

Reforma do Ensino Médio: Prerrogativas Mercantilistas

Em continuidade as Reformas em implementação desde a década de 1990, sob influência do Banco Mundial nas políticas de educação no Brasil, temos a Reforma do Ensino Médio, a priori apresentada como Medida Provisória – MP que tem sua publicação ainda no ano de 2016, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada, tornando-se a Lei 13.415 de 16 de fevereiro de 2017. Conforme a referida lei, a reforma em questão objetiva tornar o currículo mais flexível, para melhor considerar os anseios dos alunos do Ensino Médio, essa justificativa parte de questionamentos que merecem serem avaliados sendo eles: baixa qualidade do Ensino Médio oferecido no país, e o dever de tornar essa etapa do ensino atrativo aos alunos, em detrimento a um alto índice de abandono e reprovação.

As justificativas postas são questionáveis, e carece considerar alguns elementos fundamentais sendo: escolas com infraestrutura inapropriada não dispo de espaços (biblioteca, laboratórios, atividades culturais) em péssimas condições de uso, carreira profissional dos professores e o desenvolvimento de atividade docente em diversas escolas para complementação de carga horária.

De acordo com as pesquisas encomendadas pelo Unicef

¹⁰ Freitas (2012) nomeia este processo como um movimento neotecnista.

Independentemente do lugar, a relação dos adolescentes com a escola é muito parecida. Os obstáculos também são semelhantes. Alguns deles estão relacionados com o contexto socioeconômico, como o trabalho precoce, a gravidez e a violência familiar e no entorno da escola. Outros estão vinculados a questões ligadas à organização da escola, como os conteúdos distantes da realidade dos alunos; a falta de diálogo entre alunos, professores e a gestão da escola; a desmotivação e as condições de trabalho dos professores; a violência do cotidiano escolar; e a infraestrutura precária dos estabelecimentos (UNICEF, 2014. p. 06).

Esses são outros fatores que foram desconsiderados, como também o valor dado a satisfação aos desejos despertados pelas propagandas dos mais diversos meios 'de informação'. "Com o intuito de atender as questões postas", fora estabelecido parâmetros curriculares deliberando a parte que é comum a todos os alunos, como os itinerários formativos que atenda o contexto local e suas possibilidades.

Refletindo sobre os itinerários formativos para o Ensino Médio, cabe salientar que em razão da conjuntura política e econômica do Brasil, há uma preocupação quanto a sua flexibilização no que concerne o oferecimento destes condizentes aos interesses econômicos.

Essa flexibilização curricular, está ligada ao flexibilizar o destino dos recursos públicos, as relações trabalhistas, o currículo, ou seja, é uma redução do papel do Estado na seguridade social e trabalhista, configurando assim uma desregulação das obrigações do Estado para com o seguimento educacional. Colaborando com esse entendimento Krawczyk e Ferreti salientam que

A ideia de flexibilização vem sendo utilizada nas últimas décadas para se opor a uma estrutura estatal de proteção do trabalho e de proteção social. Apresenta-se sob a forma de flexibilização das relações de trabalho, da jornada trabalhista, da vinculação de receitas dos recursos públicos, da Constituição, do currículo, entre outras (KRAWCZYK; FERRETI, 2017, p. 36)

É perceptível que estamos novamente presenciando situações economicistas de pensar e propor políticas educacionais, voltados a considerações reducionistas acompanhadas de recomendações imediatistas, onde o parâmetro medido pela eficiência das políticas está relacionado com os gastos/benesses como também pelos resultados mensuráveis. (FREITAS, 2016, KRAWCZYK, 2014)

O discurso da flexibilização da Reforma do Ensino Médio pode ser entendido como uma artimanha por considerá-la muito flexível, sendo facultativo a inserção de outros componentes curriculares, podendo promover um distanciamento ainda maior entre as

instituições públicas e privadas agravando assim os altos índices de desigualdades sociais e culturais em todo o país.

O modelo de flexibilização adotado foi elaborado e defendido pelo Consed em parceria com entidades privadas, que propôs ao MEC a flexibilização do currículo do Ensino Médio. Assim, a reforma em questão fora organizada não por Universidades, pesquisadores que desenvolvem seus estudos a partir das mais variadas realidades e professores que como implementadores dessas políticas e conhecedores do chão da escola, mas por organizações Instituto Unibanco, Sistema S, Instituto Ayrton Senna, Fundação Itaú, Fundação Lemann e etc. Todas essas questões denotam o grau de “preocupação” dessas entidades/empresários com educação no Brasil.

A reforma educacional para o Ensino Médio pensada a partir da Lei nº 13.415/2017 traz como proposta para o cumprimento dos requisitos curriculares para essa etapa que os estados ao pensarem o oferecimento dos itinerários formativos possam privatizar parte dos serviços educativos, por meio de parcerias com instituições que ofertam educação presencial/distância de acordo com a flexibilização e aplicação dos recursos, que demonstrarem o “notório reconhecimento”.

A referida Lei traz explicitamente também que os estados podem buscar parcerias no âmbito privado para ofertarem as escolhas formativas, em especial para com a formação profissional com a devida certificação. Em vista disso, a obrigação que os jovens tem de cursarem os itinerários formativos, gerando assim uma formação fragmentada, em detrimento a realização de atividades profissionais futuras, discriminando os mais pobres.

Para Nóvoa em uma entrevista quando esteve no Brasil disse que há alguns equívocos que subsidiam a reforma curricular do Ensino Médio. Para ele

Os percursos formativos, na prática, mantêm a tradição de que os pobres servem para ser operários e os ricos, doutores. É o que chamamos de novo vocacionalismo. Agora o melhor da escola pública está em contrariar destinos. Podemos ser amanhã uma coisa diferente de que somos hoje. Uma escola que confirma destinos, que transforma em operário o filho do operário, é a pior escola do mundo (NÓVOA CARTA CAPITAL).

O ponto central da organização curricular da então proposta está a inexistência de um sentido a ser trilhado, com o intuito de uma formação integral, que proporcione aos jovens uma formação profissional consistente, mas que possibilite também a eles a compreensão ampla e crítica da sociedade em que vivem, considerando as formas mais humanizadas da existência humana.

Seguindo essa lógica, Krawczyk ressalta que;

A competitividade do país no mercado globalizado é a chave desse projeto, e o lugar do Brasil no ranking internacional da “qualidade de seus recursos humanos” apresenta-se como uma das variáveis imprescindíveis para atingir esse objetivo. A qualidade da educação brasileira é convalidada por mecanismos de regulação internacionais, tais como o Pisa, que ao mesmo tempo direcionam o trabalho escolar. Nesse marco, certamente se requer da escola pública que seja ainda mais seletiva e institua mecanismos de seleção dos “bons” alunos que a escola estaria desperdiçando, ao dar excessiva atenção à maioria. Uma maioria que “fatalmente” vai fracassar. Se não for assim, o Brasil vai “perder seus melhores cérebros”, como tantas vezes se ouve (KRAWCZYK, 2014. p. 37).

É notório que o currículo pensado para o Ensino Médio traz em seu âmago uma vertente mais pragmática e utilitária que tem como foco central os resultados. Para Freitas,

[...] as elites historicamente sonegaram até mesmo a dimensão do conhecimento às camadas populares. Ao longo de décadas o empresariado conviveu muito bem com o analfabetismo e com a baixa qualidade da educação, até que a complexificação das redes produtivas e do próprio consumo demandou mais conhecimento e a mão de obra barata ficou mais difícil de ser encontrada, derrubando as taxas de acumulação de riqueza. (FREITAS, 2014. p. 1089)

Assim, em função da crise econômica internacional/nacional, o empresariado encontrou como uma das saídas a Reforma do Ensino Médio, de forma que essa etapa do ensino pudesse dar conta de suprir as necessidades do mercado, desprezando enfaticamente a função social humanística da educação, tratando os jovens como depósitos de mão de obra, que ao invés de superar acirra a dualidade no ensino médio.

Considerações finais

As reformas que estão sendo implementadas no Brasil estão a serviço da acumulação de capital, tomando como saída e solução para a crise vivida por ele privatizações dos serviços públicos, discurso falacioso respaldado na ineficiência do setor público para gerenciar e financiar as políticas sociais.

Há um entendimento conviniente de que as políticas públicas de educação não tem possibilitado aos cidadãos práticas pedagógicas de excelência. Em consonância com a inexistência de qualidade dos serviços, recai sobre o Estado a não universalização da educação. Em razão de tal situação tem se especificamente no Brasil uma democracia

burguesa, essa que já nasceu excludente e por consequência uma educação que trabalha em função da classe que “domina” e os “dominados” em função do desenvolvimento.

Compreende-se que a função social e econômica da educação é fundamental para o fomento ao desenvolvimento econômico, contribuindo para a transferência de conhecimentos, saberes e informações que facilitam o desenvolvimento da eficiência do pensamento melhorando assim o relacionamento interpessoal, condição fundamental da esfera produtiva.

Para Frigotto (2003) a educação da classe trabalhadora para a classe dominante, deve estar voltada para habilitá-los tecnicamente para o trabalho, uma espécie de educação controlada à serviço das demandas do capital. Referenciando aos trabalhadores, o mesmo autor destaca que

[...] a educação é, antes de mais nada, desenvolvimento de potencialidades e a apropriação do “saber social” (conjunto de conhecimentos e habilidades, atitudes e valores que são produzidos pelas classes, em uma situação histórica dada de relações para dar conta de seus interesses e necessidades). (GRZYBOWSKI *Apud* FRIGOTTO, 2003, p. 26)

Desse modo, as tensões que estão em torno dos sistemas educativos e da capacidade/habilidade humana para “servir” as necessidades de reprodução capitalista, estão envoltos por um processo heterogêneo e contraditório (FRIGOTTO, 2003, p. 26).

Partindo da perspectiva das características técnicas dos processos produtivos, estes requerem trabalhadores versáteis, com uma formação global, preparados para desenvolver as mais variadas funções no âmbito trabalhista.

Seguindo essa lógica, as políticas de valorização docente estão voltadas para a precarização das condições de trabalho, essas têm funcionado como mecanismo de legitimação da precariedade em curso. Tais mudanças tem interferido na autonomia do professor, na forma como organiza seu trabalho, o impedindo de considerar a realidade escolar em que vive, assim como as condições materiais e estruturais.

Impulsionada pelo neoliberalismo, a política educacional impõe ao campo educativo privatizações, mercantilização da educação e o enfraquecimento do ensino público, resultando assim na não garantia da educação como direito social.

Sabe-se que na atual conjuntura política, vivendo pela lógica neoliberal, os serviços públicos são tidos como oportunidades de negócios, sendo a partir desses interesses que se instrumentaliza a Reforma do Ensino Médio. A reforma pensada para essa etapa do ensino leva nos a concepção de educação tecnicista (SAVIANI, 2008), que se baseia nos princípios

da racionalidade, eficiência e produtividade; cabendo a escola preparar os indivíduos de maneira competente para o avanço da produtividade associados a produtividade capitalista.

Não há como discordar das palavras de Frigotto (2016), de acordo com ele a reforma determina um modelo dual de ensino, sendo uma escola para os ricos e outra para os pobres. Tem-se um currículo utilitarista, pragmático, voltado a resultados e flexível, podendo ampliar as desigualdades sociais e culturais da sociedade brasileira.

Em razão dessa perspectiva curricular, há fatores desafiadores que precisam ser resistidos, dentre eles estão a garantia de uma formação de qualidade aos estudantes do Ensino Médio que tem a escola pública como lócus formativo, em detrimento a um currículo fragmentado e de instituições de ensino com péssimas condições estruturais.

Em síntese, as reformas educacionais tem alargado o trabalho docente como também tornado o cada vez mais irrelevante, rotineiro, fragilizado, pois tais políticas têm fomentado ações relacionadas à competição, excelência, empreendedorismo, como também dificultando e desmobilizando questões voltadas para a justiça social, tolerância e igualdade.

Diante das discussões expostas é perceptível que a escola atua de forma concomitante como um espaço de reprodução ideológica, mas também de luta e resistência, assim

[...] enquanto prevalecer a política educacional de caráter neoliberal, a estratégia da resistência ativa será nossa arma de luta. Com ela nos empenharemos em reconstruir uma nova relação hegemônica que viabilize as transformações indispensáveis para adequar a educação às necessidades e aspirações da população brasileira (SAVIANI, 2003. p. 238).

Por fim, é fundamental que se encontre em meio a tantos desmontes folego estratégico de luta, que possa romper com os movimentos reformistas da educação de modo geral, uma vez que o

[...] direito à educação não é simplesmente o direito de ir à escola; mas o direito à apropriação efetiva dos saberes, dos saberes que fazem sentido – e não de simples informações dadas pelo professor ou encontradas na Internet -, de saberes que esclareçam o mundo- e não de simples competências rentáveis a curto prazo; o direito à atividade intelectual, à expressão, ao imaginário e à arte, ao domínio de seu corpo, à compreensão de seu meio natural e social; o direito às referências que permitem construir suas relações com o mundo, com o outro e consigo mesmo (CHARLOT, 2004, p. 148).

Referências

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ANTUNES, Ricardo L. C. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

BANCO MUNDIAL. **Prioridades y estratégias para educación**: estudio sectorial del Banco Mundial. Versão Preliminar. Washington, DC, MAIO 1995.

BALL, Stephen John. Reformar escolas/reformar professores e os terrores da performatividade. **Revista Portuguesa de Educação**, Universidade do Minho, Portugal, ano 2002, v. 15, n. 002, p. 3-23, 2002.

_____. BALL, Stephen John. PERFORMATIVIDADE, PRIVATIZAÇÃO E O PÓS-ESTADO DO BEM-ESTAR. **Dossiê: " Globalização e educação: precarização do trabalho docente – II"**, Unicamp, set/dez 2004. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 30 maio 2019.

BRASIL, Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília, nov. 1995.

BRASIL. Plano Nacional de Educação (PNE). **Plano Nacional de Educação 2014-2024**: Lei n.13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 86p. (Série legislação, n.125).

BRASIL. Senado Federal. **Comissão Mista da MP 746/2016**. Parecer 95/2016 do Senador Pedro Chaves sobre Projeto de Conversão da MP 746 em Lei. Brasília, nov. 2016a.

BRASIL. **Emenda constitucional n.95**. Diário Oficial da União, 16.12.2016b, Seção 1, p.2.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 13.415/2017, de 13 de fevereiro de 2017**, Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm. Acesso em: 20 fev. 2020.

BRESSER PEREIRA, L. C. A reforma do Estado nos anos 90: lógica e mecanismos de controle. In: **Cadernos Mare da Reforma do Estado**, n.1, Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997.

BRESSER PEREIRA, L. C. **Reforma do Estado para a Cidadania. A Reforma Gerencial Brasileira na Perspectiva Internacional**. (Prefácio de Fernando Henrique Cardoso). São Paulo, editora 34, 1998.

CARTA EDUCAÇÃO. Se fosse brasileiro, estaria indignado com a situação da educação.
Entrevista ao prof. António Nóvoa, 28/03/2017

CHARLOT, Bernard. **Relação com o saber, formação de professores e globalização:** questões para a educação hoje. Porto Alegre: Artmed, 2005.

EVANGELISTA, Olinda; SHIROMA, Eneida Oto. Professor: protagonista e obstáculo da reforma. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 33, n. 3, p. 531-541, Dec. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151797022007000300010&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 23 jul. 2019.

FERRETTI. **Reformulações do Ensino Médio.** *Holos* (Natal. Online), v.6, p.71-91, 2016.

FREITAS, L. C. **Os reformadores empresariais da educação:** da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, 2012.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Org.) **Ensino Médio Integrado:** concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A Gênese do Decreto n. 5.154/2004. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Org.). **Ensino médio integrado:** concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2005. p.21-56.

GROPPO, Luís Antônio; MARTINS, Marcos Francisco. **Terceira via e políticas educacionais:** um novo mantra para a educação. *RBP AE*. Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 215-233, maio/ago. 2008.

MARX, Karl **Reorganização Gerencialista da Escola e Trabalho Docente.** *Educação* (Rio Claro. Online), v. 21, p. 1-18, 2011.

MARX, Karl **Reorganização Gerencialista da Escola e Trabalho Docente.** *Educação* (Rio Claro. Online), v. 21, p. 1-18, 2011.

PREVITALI, Fabiane Santana ; FAGIANI, Cílson César; LUCENA, Carlos. Trabalho e Precarização Docente Sob o Estado Gestor no Brasil. In: _____ . LIMA, Antônio Bosco de. (Orgs.) **Desafios do trabalho e educação no século XXI 100 anos da Revolução Russa,** Uberlândia / Minas Gerais, Navegando 2019. p.191.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica:** primeiras aproximações, 10.ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SCHULTZ, T. **Capital Humano.** Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SHIROMA, Eneida Oto; EVANGELISTA, Olinda. **Avaliação e responsabilização pelos resultados:** atualizações nas formas de gestão de professores. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 29, n. 1, p. 127-160, out. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175795X.2011v29n1p127/19415>. Acesso em: 20 jun. 2019.

KRAWCZYK, N.; FERRETTI, C. J. Flexibilizar para quê? Meias verdades da “reforma”. **Revista Retratos da Escola, Brasília**, v. 11, n. 20, p. 33-44, jan./jun., 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.22420/rde.v11i20.757>. Acesso em: 20 jun. 2019

KRAWCZYK, N e VIEIRA, V. L. **Uma perspectiva histórico-sociológica da Reforma Educacional na América Latina**. Argentina, Brasil, Chile e México nos anos 1990.

VOLPI, M. **10 desafios do ensino médio no Brasil**: para garantir o direito de aprender de adolescentes de 15 a 17 anos. Coordenação Mário Volpi, Maria de Saete Silva e Júlia Ribeiro]. Brasília: Unicef, 2014.

